



Morgadio de Pedro Leme. Funchal, 1552.

Na transição para a modernidade, o reino português foi palco de mutações geográficas e da abertura a comunidades de mercadores estrangeiros, para quem a expansão atlântica desempenhou um papel decisivo no desenvolvimento de circuitos de ligações económicas, políticas e culturais. À medida que as trocas comerciais se intensificavam junto do porto de Lisboa, a costa portuguesa tornou-se escala de paragem obrigatória para mercadores europeus. Alguns integraram-se na sociedade portuguesa, desenvolvendo estreitas relações com a Coroa.

Foi este o contexto para a fixação dos Leme em Portugal, cujo precursor, Martim Leme (ou Maerten Lem), natural de Bruges, veio a beneficiar da regular outorga de privilégios concedidos a mercadores estrangeiros residentes no país durante o reinado de Afonso V, em particular no que ao trato de produtos insulares dizia respeito. A proximidade à Coroa e à cidade de Lisboa é comprovada em sucessivas cartas régias, onde Martim Leme surge mencionado como *“mercador brugês, nosso natural”* (1456) e *“nosso scudeiro, mercador, morador em a nossa muy nobre e sempre lial cidade de Lixboa”* (1464). Esta cumplicidade traduziu-se igualmente no papel ativo da família na participação e financiamento das campanhas militares em África (LEME, 2008, p. 44; pp. 47-49).

De regresso à Flandres, a gestão da casa comercial dos Leme passou a efetivar-se também entre Lisboa e o Funchal, cidade onde António Leme, terceiro filho do mercador flamengo, se estabeleceu definitivamente na década de 80. Ali assumiu a salvaguarda dos interesses comerciais da família, em simultâneo com uma atividade na vereação municipal, entre 1485 e 1491. Neste período foi, aliás, identificado por Bartolomeu de las Casas como informador de Cristóvão Colombo: *“Antonio Leme, casado en la isla de la*

Madera le certificó que habiendo una vez corrido con una sua carabela buen trecho al poniente, había visto tres islas cerca de donde andaba” (LAS CASAS, 1875, p. 98).

A presença da família na Ilha consolidar-se-ia em 1552 com a instituição do morgadio dos Leme por Pedro Leme, filho de António Leme, fidalgo e cavaleiro da casa real. O instituidor determinou em testamento que a cabeça do seu morgadio seria uma quinta que havia herdado de sua mãe, sita na freguesia de Santo António, no Funchal, e à qual, até à data da sua morte, foi acrescentando propriedades entretanto adquiridas (LEME, 2019, p. 82). Os encargos testamentários depositados no seu filho, Cristóvão Leme, partiram de uma premissa de indivisibilidade do património, procurando “*que amde senpre jumto sem se poder devedir nem apartar nem vemder nem aforar nem arremdar por mais tempo que de dous anos”* (ABM, Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, *Tombo dos resíduos*, caixa 4, f. 594v.).

A futura administração do morgadio sofreria um duro revés quando, por razões desconhecidas, Pedro Leme e o seu filho são presos na cadeia de Lisboa, onde acabariam por morrer pouco depois (LEME, 2019, p. 84). É nessa circunstância atípica que António Leme de Aguiar, sobrinho do instituidor, pede a transferência do morgadio para a segunda filha deste último, Maria Leme de Barros, que o administra até à morte, em 1607. Sem descendência assegurada, os bens acabariam por recair na sucessão de Leonor Leme, irmã do instituidor do morgadio. O administrador seguinte foi Gaspar de Aguiar Leme e, depois dele, a sua irmã, D. Maria da Câmara, da qual descenderiam os futuros administradores. Ao longo do século XIX, a influência dos Leme ficou marcada pelo desenvolvimento de alianças matrimoniais socialmente frutíferas com administradores de outros vínculos locais. Na década de 20 assistimos a dois casamentos com a família Ornelas (FERREIRA, 1998, pp. 23-27), detentora do morgadio do Caniço, tratado no passado *Vínculo do Mês*. Já nos anos finais da centúria, os bens outrora vinculados por Pedro Leme passam a pertencer ao património gerido pela casa dos condes de Carvalhal, família proeminente no seio da sociedade madeirense.

Foi António Leandro da Câmara Leme do Carvalhal Esmeraldo, 2º conde do Carvalhal, o último administrador do morgadio. Herdou-o do seu tio-avô e administrou-o até à data da extinção dos vínculos, em 1863.

Joana Soares, Maria Beatriz Merêncio, Margarida Leme
Coordenação: Rita Sampaio da Nóvoa

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA (ABM) – Juízo dos Resíduos e Provedoria das Capelas, *Tombo dos resíduos*, caixa 4, f. 593-598.

As Gavetas da Torre do Tombo, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (ed.), vol. IV, n. 3169, 1964, p. 196. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/34702> [consultado a 31 de agosto de 2021].

LAS CASAS, Bartolomé de – *Historia de las Indias, Tomo 1, escrita por Fray Bartolomé de Las Casas, ahora por primera vez dada a la luz por el Marqués de la Fuensanta del Valle y D. José Sancho Rayón*, cap. XIII, Madrid, Imp. de Miguel Ginesta (ed.), 1875, p. 98. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc542p8> [consultado a 31 de agosto de 2021].

FERREIRA, Maria Fátima Araújo de Barros – “Arquivo da Família Ornelas Vasconcelos: instrumentos descritivos”, in *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XXI, Funchal, 1998, pp. 23-27.

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes – “Os Lemes - um percurso familiar de Bruges a Malaca”, in *Sapiens - Revista de História, Património e Arqueologia*, n. 0, dezembro 2008, pp. 51-83. Disponível em: <http://www.revistasapiens.org/Biblioteca/numero0/oslemes.pdf> [consultado a 31 de agosto de 2021]

LEME, Margarida, “Os Primórdios da Família Leme na Madeira (Séculos XV-XVI)”, in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n. 1, 2019, pp. 67-101. Disponível em: <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/16> [consultado a 31 de agosto de 2021].